



Anais da Assembléia

Nº 005

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 03ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1992
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Arlindo Troian, Dirceu Manfrinato, Emília Belinati, Ernani Pudell, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Milton Barbosa, Milton César, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Rossoni (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação.

O Deputado Eurides Moura solicita chamada nominal.

O Senhor 1º Secretário, Deputado João Arruda, fará a chamada nominal dos Senhores Parlamentares.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal.
(É interrompida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 08/92

Curitiba, 19 de fevereiro de 1992
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do art. 53, inciso IV, da Constituição Estadual, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Poder Executivo fica autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na Cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América do Norte, para financiamento de projetos elegíveis ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - Bacia do Alto Iguaçu, podendo, para oferecimento de garantias e contragarantias sobre o valor das operações que vierem a ser contratadas, haver vinculação das quotas-partes dos recursos transferidos ao Estado pelo Governo da União, na forma do art. 159, da Magna Carta Federal, conforme especifica. Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo a firmar os instrumentos públicos e particulares que menciona, assim como aqueles necessários à implementação do referido Programa de Saneamento Ambiental, com a SANEPAR, COMEC e Município de Curitiba.

O Plano de Lei proposto é altamente significativo e consulta aos superiores interesses públicos, eis que ensejará condições no sentido de possibilitar a execução, no Estado do Paraná, de um programa ímpar em nosso País e que virá, em particular, beneficiar as populações mais carentes da Grande Curitiba e, de modo geral à toda a Comunidade, permitindo a curto prazo a otimização do saneamento ambiental básico da região. Com a medida objetivada pela presente proposição evitar-se-á que a

Capital do Estado venha, em futuro bastante próximo, sofrer os grandes problemas que várias capitais brasileiras estão presentemente enfrentando com constantes enchentes, deslocamentos de terras, desmoronamentos e, muito lamentavelmente, com a perda de preciosas vidas. Vê-se, portanto, que a execução de tal Plano de Saneamento Ambiental é sem nenhuma dúvida medida que se caracteriza como urgente e inadiável.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na Cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América, para financiamento de projetos elegíveis ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - Bacia do Alto Iguaçu.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia sobre o valor da operação de crédito a ser contratada, podendo para tanto, vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto no artigo 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações, bem como, oferecer ativos reais.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito, o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para o pagamento do serviço da dívida contratada.

Art. 4º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta Lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Programa de Saneamento Ambiental da Região

Curitiba, quinta, em 20.02.92

Metropolitana de Curitiba - Bacia do Alto Iguaçu, com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e com o Município de Curitiba;

III - abrir créditos adicionais respectivos até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para a abertura dos Créditos Adicionais de que trata o art. 4º, serão os provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO Nº 003/92

Senhor Presidente.

Solicitamos junto à Mesa Diretora desta Casa de Leis, justificativas quanto à nossa ausência nas sessões ordinárias dos dias 19 e 20 de fevereiro, por estarmos participando da Assembléia Regional dos Fumicultores, em Pérola D'Oeste, objetivando unificar as ações dos produtores de fumo da Região Sudoeste como forma de protesto contra os baixos preços oferecidos pelas indústrias - 1,25 US\$ o quilo, sendo que o custo de produção está em 2,30 US\$ por quilo de fumo e o produto ao ser exportado chega a um valor de até 10 US\$ o quilo, ou seja, em torno de 90% mais caro que o preço pago ao produtor.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 20.02.92

(a) OVIDIO CONSTANTINO

OFÍCIO Nº 009/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar seja abonada a falta do dia 20 de fevereiro aos trabalhos parlamentares, tendo em vista que este Deputado nesta data, cumpre compromissos junto ao eleitorado da região.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência meus sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.02.92

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO nº 1044/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar junto a Vossa Excelência, o meu não comparecimento à Sessão Ordinária no dia 20/02/92, em função de compromissos inadiáveis em minha Região.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e con-

sideração.

Sala das Sessões, em 20.02.92

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 309/91, que cria o Município de Rio Bonito do Iguaçu, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 536/91, com fundamento no Artigo 101, parágrafo 4º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia de voto de pesar pelo falecimento do Senhor BENJAMIM ANTONIO MOTTER, Prefeito Municipal de Cafelândia, e o encaminhamento de cópia deste expediente à sua esposa Sra. Filomena Motter.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito Benjamim Antonio Motter era muito querido na comunidade de Cafelândia pelo trabalho desenvolvido em prol da sua população, sempre envidando esforços para melhorar as condições de vida daquele povo, sendo responsável pelo contínuo progresso do município na sua gestão, e seu nome ficará registrado com certeza na história de Cafelândia.

REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor BENJAMIM ANTONIO MOTTER, que exercia as funções de Prefeito Municipal de Cafelândia, ocorrido no dia de hoje, 20 de fevereiro de 1992.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente o Paraná perde um Líder, que ao longo dos anos se dedicou inteiramente à causa Pública e Comunitária, contribuindo com sua inteligência, trabalho e criatividade para o desenvolvimento do Estado, Região Oeste e mais especificamente do Município de Cafelândia, cuja atuação o colocou respeitado e Líder regional.

É justo que a Assembléia Legislativa se associe à dor da família enlutada e do povo de Cafelândia, transmitindo as condolências para a esposa, filhos e parentes.

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, no uso de suas atribuições regimentais, a inscrição nos Anais desta Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Guth, ocorrido no final do mês de janeiro nesta Capital.

O extinto tinha 74 anos de idade e deixa viúva a Excelentíssima Senhora Elza Lange Guth e os filhos Roland Guth, Presidente das entidades representativas da Indústria de Moagem de Trigo do Paraná e Diretor Comercial do Moinho Carlos Guth Ltda. e Willi Guth, Diretor Industrial da mesma empresa.

Carlos Guth, que veio da Alemanha em companhia dos pais - uma família de tradição moageira - cedo se dedicou à mesma atividade, ampliando o pequeno moinho colonial instalado em União da Vitória e onde, pelo trabalho incansável, pela engenhosidade empresarial e pela rigorosa honestidade que aplicava em todos os seus negócios, pôde consolidar uma das empresas mais sólidas e respeitadas em seu setor, o Moinho Carlos Guth Ltda., sediado em Curitiba.

Justa se faz, portanto, a proposição que objetiva inscrever na memória legislativa do Paraná a profícua existência, a dedicação à comunidade e o legado honroso de Carlos Guth.

Requer ainda, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de sua estimada esposa, Dona Elza, à Rua João Bettega, nº 2898, Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente.

Merece transcrição nos Anais desta Casa o pedido formulado pelo nosso Partido Social Trabalhista ao Supremo Tribunal Federal para ser proclamada a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 8388, de 30 de dezembro de 1991, por afronta aos artigos 52, incisos VI a IX, e 173, 5, 37 e 170,

IV, da Constituição Federal. Como sabem Vossas Excelências, a Lei questionada assegura a chamada rolagem das dívidas dos Estados e Municípios, por modo que fere a Carta Magna, tanto em relação à competência privativa e exclusiva do Senado Federal, para estabelecer diretrizes e para consolidar dívidas dos entes federativos, como quanto à concessão de tratamento privilegiado e defeso a entidades da administração indireta, aí incluídas as empresas públicas e outras entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público e que exploram atividades econômicas. No caso dos privilégios, o objetivo da norma constitucional violada é garantir isonomia com as empresas que exploram aquelas atividades no setor privado.

Do ponto de vista político, a lei impugnada veio prejudicar os Estados cumpridores e bem geridos, que se encontravam em dia com o Governo Central, beneficiando os devedores à custa do cidadão, inclusive dos aposentados, na medida em que a rolagem das dívidas favoreceu também a administração indireta em débito com a previdência social.

No tocante à administração direta, medida equivalente já havia sido aprovada pelo Artigo 58 da Lei 8212/91, do arrepio ao Artigo 37 da Constituição Federal, de forma que a ora impugnada Lei 8388/91 veio completar o pacote de medidas inconstitucionais e aéticas, que, como ressaltam os patronos da ação direta de inconstitucionalidade agora proposta pelo nosso PST, vieram beneficiar o "Poder Caloteiro". Aliás, este pronunciamento assenta base no petitório acima, elaborado pelo conhecido e consagrado escritório de advocacia do tributarista Ives Gandra Martins, que vem de aditar a inicial para obter liminarmente a suspensão dos efeitos da Lei 8388/91 até o julgamento final do pedido de inconstitucionalidade ora argüida.

O procedimento é um relevante serviço que a Nação fica a dever ao patriotismo e à coragem desse ilustre brasileiro que é o ex-Governador paranaense Alvaro Dias, Presidente Nacional do PST, cuja preocupação é o restabelecimento da legalidade, bem como a moralidade com as coisas públicas.

Recomendando aos nobres colegas a atenta leitura do brilhante petitório em apreço, encerro requerendo a transcrição dessa peça nos Anais, para o que encaminho à Mesa, a cópia anexa, a fim de que o assunto se perpetue na memória desta Casa.

Obrigado!

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quinta, em 20.02.92

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei em tela, de sua autoria, em razão do perecimento do objeto.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Resolução nº 56/89 e do Projeto de Lei nº 83/85 ao Projeto de Lei nº 74/91, por versarem sobre a mesma matéria.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Agricultura, Ministro da Economia e Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, solicitando a abertura de Linha de Crédito para financiamento de calcário.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Os produtores rurais brasileiros demonstraram, mais uma vez, a força de vontade e capacidade da classe produtora nacional, respondendo positivamente à liberação dos créditos de financiamento do plantio das culturas de verão, cuja safra que se avizinha promete ser das maiores.

É emergente, porém, a adoção de medidas que possibilitem a recuperação e manutenção da qualidade do nosso solo, evitando futuras quedas da produção.

O Governo do Estado, através do Programa Paraná Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, já iniciou suas atividades neste sentido, implantando terminais de calcário em pontos estratégicos de diversas regiões e projetando a implantação de outras unidades similares, com a finalidade de facilitar o fornecimento e a distribuição da matéria aos produtores paranaenses.

Para que este programa logre êxito completo reivindicamos ao setor competente do Governo Federal a criação de Linha de Crédito para financiamento de calcário como forma de viabilizar sua aquisição e utilização pelos produtores rurais.

Diante do exposto solicitamos parecer favorável do soberano Plenário à proposição apresentada.

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam enviados FAX às autoridades abaixo discriminadas, solicitando providências imediatas no sentido de que se corrijam as distorções nos aumentos verificados nos reajustes das prestações mensais da casa própria, comparados com os aumentos dos salários de seus mutuários, e conforme especifica em justificativa anexa.

a) Ao Ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, Fazenda e Planejamento, em Brasília;

b) Ao Dr. Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior, Presidente da Caixa Econômica Federal, em Brasília;

c) Ao Dr. Joaquim Vanhoni Netto, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras têm sido as reclamações de mutuários da casa própria que nos têm procurado, quer em Maringá, quer nas cidades vizinhas, com relação aos astronômicos aumentos havidos nas prestações mensais da casa própria.

Enquanto o salário de um trabalhador cresceu, no período de setembro a dezembro/91, em 89%, as prestações da casa própria, num mesmo período, subiu em 617%.

Para provar essa assertiva, nominamos aqui o caso do Senhor Norival Barbosa, morador do Conjunto Residencial Sol Nascente, de Maringá, e funcionário da firma Toyo Diesel, da mesma cidade. O referido trabalhador, tomando por base o mês de setembro/91, obteve os seguintes reajustes, no período de setembro a dezembro/91:

REAJUSTES COM RELAÇÃO A SETEMBRO/91

SALARIOS	Outubro/91	27%
PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA		18%
SALARIOS	Novembro/91	43%
PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA		92%
SALARIOS	Dezembro/91	89%
PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA		617%

Para o Senhor Norival Barbosa, a prestação da casa própria correspondeu, no mês de setembro, a 16% de seu salário; em outubro, a 14%; em novembro, a 22%; e em dezembro, a 61%.

Numa evolução crescente de percentuais das prestações da casa própria, com rela-

ção aos salários, o trabalhador não ganhará o suficiente para pagar a prestação de sua casa.

E as demais necessidades do Senhor Norival, como ficam? Alimentação? Vestuário? Transporte? Escola para seus filhos?

Esta é a situação dos mutuários da casa própria na nossa região, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É o que tínhamos a justificar.

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando sejam tomadas providências urgentes quanto ao policiamento na divisa dos municípios de Curitiba (bairro Santa Cândida) e Colombo.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Todos os dias a crônica policial está carregada de fatos lamentáveis ocorridos na periferia de Curitiba e na região Metropolitana. A população angustiada, com a mesma frequência, pede providências para garantia da sua segurança e dos seus familiares.

Na região do bairro Santa Cândida (onde um módulo policial foi desativado), isto não tem sido diferente.

No dia de ontem (19 de fevereiro), entretanto, um fato profundamente lamentável estremeceu a população local, fazendo renascer os protestos pela falta de segurança na região.

Os dois filhos menores (14 a 16 anos) do Senhor Antônio Ribeiro, morador da Rua Rondônia, 482, Vila Guaraci, em Colombo, foram violentados brutalmente por marginais, quando voltavam da escola.

O episódio ocorreu por volta das 22 horas no bairro de Olarias, entre Colombo e Curitiba, local conhecido pela má iluminação e inexistência de rondas policiais.

O que mais revoltou a população, entretanto, foi o fato de, no momento, o Módulo Policial do Rio Verde em Colombo, não poder atender por "falta de viatura".

A brutalidade já havia se consumado, mas a polícia, numa operação ágil, poderia capturar os marginais, impedindo que continuem nas ruas indignando as famílias.

Algum procedimento tem que ser determinado pelo Senhor Secretário de Segurança, a fim de devolver a tranquilidade aos moradores daquela localidade.

Se não for possível instalar um módulo policial nas proximidades que ao menos

sejam realizadas permanentes rondas da rádio-patrolha.

Apesar do fato lamentável, ainda há o ânimo na população, de que a tragédia tenha servido para sensibilizar as autoridades quanto à necessidade de melhorar (?) a segurança pública naquele local.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Antonio Ribeiro, ao Prefeito Municipal e aos Vereadores de Colombo.

REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando sejam destinados recursos à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, para atendimento à Lei 9.479, de 17 de dezembro de 1990.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 9.479 tratou de instituir estímulos especiais aos doadores de órgãos para transplantes cirúrgicos. Entretanto, um dos pontos da Lei, expresso no artigo 7º, ainda não pôde ser efetivamente colocado em prática devido a não dotação da Secretaria de Trabalho e Ação Social de recursos para custeio dos benefícios instituídos.

Como poderá ser verificado pelo anexo, que é o parecer jurídico da assessoria da SETA, a regulamentação da lei depende, fundamentalmente, da explicação da fonte dos recursos para cobertura das despesas. Disso depende a intervenção direta do Senhor Governador do Estado.

Anteriormente já encaminhamos ao Senhor Governador expediente pedindo a regulamentação da legislação, entretanto, por motivos não esclarecidos deixamos de merecer a proverbial consideração de Sua Excelência, até este momento, decorridos vários meses, todos os membros da Comissão Estadual de Transportes, os médicos envolvidos na área e milhares de seres humanos que necessitam de um órgão transplantado para continuarem vivendo, permanecem aguardando uma medida do Governador do Estado.

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Digníssimo Presidente da Telecomunicações do Paraná - (TELEPAR), expediente oficial, reivindicando que a sede do Muni-

Curitiba, quinta, em 20.02.92

cípio de Arapongas seja dotada de uma (1) Agência de Atendimento.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Arapongas com seus 70.000 habitantes, conta com uma força de trabalho gerado por mais de (300) trezentas indústrias em pleno funcionamento, possui (12) doze agências bancárias e hoje se constitui num pólo industrial onde se situa o entroncamento rodo-ferroviário da Rede Ferroviária Federal, BR-369, PR-444 e PR-218.

Por isso a Agência de Atendimento pleiteada que objetiva promover a imagem institucional da TELEPAR, atendendo de forma personalizada os clientes se impõe na cidade de Arapongas.

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente.

Nelson Garcia, Deputado Estadual que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, da matéria publicada no dia 16.02.92 no jornal "O Estado do Paraná" com o título "Cooperseda acelera a industrialização".

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de registrar um dos fatos de maior significado histórico para o município de Umuarama e região, numa resenha que materializa um sonho acalentado por um homem pré-destinado a grandes realizações.

Alexandre Ceranto, prefeito Municipal recebe com justiça os elogios de ser um dos incentivadores cuja determinação possibilita a implantação da empresa Cooperseda em Umuarama (matéria anexa).

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 022/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Todos os produtos acondicionados em recipientes de vidro, plásticos, isopores ou em latas, fabricados no Estado do Paraná terão, na embalagem, a aplicação do selo-símbolo para reciclagem de materiais.

Parágrafo Único - O selo-símbolo será composto de pictograma formado por uma silhueta humana depositando um recipiente de vidro num container no interior de um triângulo formado por três setas, conforme modelo do anexo I e a mensagem "Economize energia: reciclar materiais é preservar o meio ambiente".

Art. 2º - Todos os mercados, supermer-

cados, centrais atacadistas, farmácias e drogarias deverão manter, junto às seções de bebidas, enlatados e demais produtos mencionados no art. 1º cartazes com a reprodução do selo-símbolo e a indicação da localização mais próxima dos containers para recolhimento de materiais recicláveis.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos mencionados no caput, cuja área for superior a 500 m², deverão manter, dentro de suas instalações ou no estacionamento, containers para recolhimento de vidro, latas, plástico, isopores e papel.

Art. 3º - O Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente, regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação, considerando, especialmente, o seguinte:

a) a aplicação do selo-símbolo na embalagem poderá ser feita na lateral ou no topo, jamais na base;

b) o selo-símbolo terá dimensões proporcionais à embalagem do produto, sendo o tamanho mínimo das letras correspondentes ao tipo;

c) não haverá exigências de cor para a aplicação do selo-símbolo;

d) as indústrias de bebidas, remédios e enlatados terão o prazo de até 6 (seis) meses para reformular o design de suas embalagens, em conformidade com o disposto nesta lei;

e) os estabelecimentos comerciais terão o prazo de até 3 (três) meses para instalar os containers previstos no parágrafo único do artigo 2º;

f) o descumprimento dos dispositivos desta lei sujeitará os responsáveis a multas quinzenais e cumulativas no valor a ser fixado quando da regulamentação da mesma, através de decreto governamental.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A reciclagem de materiais economiza energia e preserva recursos naturais não renováveis. A racionalização dos processos produtivos, de acordo com bases ecologicamente sustentáveis, pressupõe o incremento da educação ambiental e a adoção de medidas simples, porém eficazes, tais como o da reciclagem e a instalação de containers em locais de fácil acesso e grande movimento.

As medidas preconizadas inspiram-se em decisões já adotadas pela FEVE (Federação Europeia do Vidro de Embalagem).

Em nosso Estado, com crescente e expressiva participação na indústria de bebidas, remédios e enlatados, o desenvolvi-

mento dos processos de reciclagem reduzirá custos industriais e preservará recursos naturais como as areias utilizadas para a fabricação de vidros.

A consciência política dos legisladores representantes do povo não pode ficar indiferente aos malefícios decorrentes da poluição, assunto hoje tão em evidência a nível mundial. Portanto, a presente proposição vem ao encontro e complementa o processo preservacionista e recuperador do meio ambiente, objetivando sempre o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 023/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia do Município de Engenheiro Beltrão, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão.

Em funcionamento há aproximadamente três anos, a entidade tem prestado inúmeros e relevantes serviços à comunidade local, através de abrangentes serviços no campo da assistência social, bem como nas demais atividades previstas nos seus estatutos.

É importante salientar que a mesma não remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei reguladora das declarações de utilidade pública, conforme documentação anexa.

As carências econômicas naturais de um país de terceiro mundo concorrem, de forma preponderante, para que entidades como as Santas Casas de Misericórdia sejam obrigadas a recorrer a procedimentos de declaração de utilidade pública, auferindo benefícios que lhes possibilitem o prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 24/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Em conformidade com o resultado da consulta plebiscitária realizada a 15 de dezembro de 1991, fica criado o município de NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, com território desmembrado dos municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra, integra-

do pela área total do Distrito de Nova Esperança do Sudoeste e de parte da área do distrito de Gavião, com os seguintes limites:

"Inicia-se na foz do Rio Mambuca com o Rio Jaracatiã, sobe pelo Rio Jaracatiã até a foz do Arroio Gamela, subindo por esse até sua nascente, situada no lote rural nº 41, da Gleba 22-FB, seguindo por linha seca acompanhando a cordilheira, até encontrar a estrada que liga a cabeceira do Rio Lontra com o Km 32, subindo pela estrada que vai ao Km 30 até o Km 29, seguindo por essa estrada até a ponte do Rio Serrinho próximo a sua nascente, descendo por ele, na divisa com o município de Francisco Beltrão, até encontrar o Rio Cotegipe, pelo qual desce até a extremidade final do lote nº 3, da Gleba 46-FB, por linha reta que faz divisa com o lote nº 1, da gleba 46-FB; subindo pela cordilheira até encontrar a estrada, seguindo pela mesma até encontrar a ponte do Rio Varanda, descendo por esse Rio Varanda até sua foz com o Rio Lontra, subindo por esse Rio Lontra até encontrar a foz do arroio Água Fria, subindo por este arroio até sua nascente, depois por linha seca, atravessando a cordilheira até encontrar a nascente do arroio Carneiro, descendo por este até a sua foz com o arroio Quebra Dente, descendo pelo arroio Quebra Dente, até sua foz, com o rio Mambuca, por este descendo até sua foz, no rio Jaracatiã".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e a Lei nº 9.281, de 30 de maio de 1990.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Todo o processo visando a criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste se completou, segundo os ditames legais. Esta Assembléia, anteriormente, aprovara projeto, convertido em lei, criando a referida comuna "ad referendum" do resultado da consulta plebiscitária. Julgada irregular esta sistemática, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, a Assembléia Legislativa aprovou resolução autorizando a realização prévia do plebiscito. Autorizada a consulta pela Justiça Eleitoral, a população local manifestou-se favoravelmente à criação do novo município, por esmagadora maioria de votos, estando assim atendida a exigência do art. 5º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991.

O presente projeto, assim, nada mais objetiva do que dar forma à deliberação soberana da vontade popular.

Esclareça-se, por último, que a renovação da Lei nº 9.281/90, ora proposta, se faz em acatamento à decisão judicial acima mencionada.

PROJETO DE LEI Nº 25/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CRISTO REI da Cidade de Francisco Beltrão - PR, fundada em 26 de janeiro de 1990 com objetivos de representação e sem fins lucrativos, registrada no Cartório de Títulos e Documentos sob nº 734 - Livro A.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.02.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Fundada sob os auspícios das Lideranças locais, a Associação de Moradores do Bairro Cristo Rei tem cumprido os objetivos estatutários que inspiraram sua organização, conforme atesta o relatório de suas atividades que acompanha este projeto de lei.

A reiterada luta pela melhoria das condições de vida, saúde e trabalho no bairro, o contato com as autoridades constituídas do Município, as campanhas em favor dos menos favorecidos ali moradores e as indicações à Prefeitura de serviços públicos necessários, foram uma constante e os resultados favoráveis obtidos, um claro e insofismável reconhecimento ao trabalho da entidade que se pretende reconhecer de utilidade pública, pela merecida unanimidade que esperamos alcançar dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dalton Machuca.

O SR. DALTON MACHUCA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar é com satisfação que venho à tribuna da data de hoje e em segundo lugar com preocupação. Hoje, em Ponta Grossa, eu, devo após a votação me dirigir a Ponta Grossa, onde vamos ter um movimento que vai ser uma caminhada, intitulada: "Queremos um Brasil melhor".

Esse movimento surgiu na cidade há 30, 40 dias para cá, tendo em vista a insatisfação generalizada de trabalhadores, de empresários e mesmo de políticos com a situação que atravessa o Estado, com a situação que atravessa o município, com a situação que atravessa o País. Foram contatados sindicatos patronais, sindicatos de empregados, clubes de serviço, enfim, todo o segmento da sociedade pontagrossense para realização desse movimento.

O movimento vai compreender uma caminhada na cidade de Ponta Grossa da Benja-

min Constant até o final da avenida Vicente Machado, onde se fará a leitura de um documento a toda a sociedade pontagrossense e, graças ao apoio da Imprensa, a toda a população do Estado do Paraná e quicã do Brasil. Nós vamos ter o fechamento do comércio na cidade a partir das 16h30min, grande parcela do comércio irá fechar, grande parcela da indústria irá fechar e nós esperamos contar com esse movimento que é apartidário, um movimento que vai demonstrar de maneira ordeira a revolta da população.

Eu quero ler, aqui, o documento que vai ser lido no final dessa caminhada que é destinado a todos os paranaenses.

MOVIMENTO POR UM BRASIL MELHOR

O povo pontagrossense, aqui, reunido, em assembléia pública, quer, ordeira e responsabilmente, manifestar à Nação a sua intranquilidade, com a situação nacional diante da séria crise econômica, política, social e ética que atravessa o País. É necessário a adoção de uma política de feroz combate à corrupção e a inflação, a reformulação da estrutura do Estado, esse grande monstro que se transformou o Estado Brasileiro e a reorganização tributária, sob pena de falência coletiva do setor produtivo.

A repercussão se faz sentir em todas as camadas sociais, especialmente, nas classes média e baixa, as mais desprotegidas, nos mercados de trabalho e de bens de consumo indispensáveis, de primeira necessidade, e, das violências praticadas por aproveitadores ou mesmo aqueles que, para sobreviverem, recorrem à força.

QUEREMOS UM BRASIL MELHOR?

Vivemos numa sociedade de mercado, "soma zero". Aqui, quando uns ganham, outros perdem. Muita gente está só perdendo, inocente e patrioticamente, e, poucos estão ganhando muito. Isso não é justo.

QUEREMOS UM BRASIL MELHOR?

Queremos trabalho, muito trabalho, para, valorizado, proporcione maiores ganhos e, assim, todos realizarem seus ideais de vida. Queremos qualidade de educação para todos, para que possamos progredir rapidamente, ficando perto dos países desenvolvidos. Não queremos falsidade, nem demagogia. Chega! Basta!

QUEREMOS UM BRASIL MELHOR?

Acreditamos no futuro do País e queremos por todas as formas legais, lutar, sem cessar, para um dia vê-lo vencer a crise e

caminhar ao lado dos países do primeiro mundo. Mas, para tanto, as autoridades dos três poderes, também, no cumprimento sagrado de seus deveres constitucionais, não de dar provas constantes de muito trabalho e preservar a confiança que o povo lhes depositou um dia, sob pena de usando a própria lei responsabilizá-los inteiramente.

QUEREMOS UM BRASIL MELHOR?

O homem público não pode decepcionar o povo. É hora de pensar e agir, decididamente, em benefício da população. Nunca o Brasil precisou de nós como agora.

QUEREMOS UM BRASIL MELHOR?

Convocamos a toda a comunidade organizada e ordeira: estudantes, donas de casa, trabalhadores de todos os setores da produção, empresários, professores, funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas e, enfim, todos quantos tenham ainda um mínimo de preocupação e uma ponta de esperança, independente de suas opções ideológicas ou partidárias, para que se juntem a nós, neste mutirão cívico em favor de nossa comunidade e do Brasil! E preciso mostrar, dia a dia, ano a ano, sempre, a nossa coragem, a nossa sabedoria e nossa dedicação, na construção do futuro de nossa Pátria. Será a nossa vitória ou a nossa derrota. Com a vitória haveremos de nos orgulhar de sermos brasileiros.

O nosso movimento não termina aqui. Continuaremos a lutar, todos por um BRASIL MELHOR!

Este documento vai ser lido em Ponta Grossa hoje e queremos aproveitar esta oportunidade para convidar os Deputados que, se possível, estejam presentes neste movimento que é um movimento pelo Brasil, um movimento pelo Estado. Gostaria de solicitar à imprensa também que divulgue, o máximo possível, este nosso movimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo do pronunciamento que temos a fazer nesta tribuna, nesta tarde, se prende ao fato de um projeto de lei que deu entrada ontem nesta Casa a respeito do processo educativo, as verbas previstas para a educação de 25%.

Tecemos uma breve análise hoje e queremos passar nossa preocupação à toda a Casa, visto que estaremos atingindo todo o Estado e toda a educação paranaense.

O objetivo deste pronunciamento é alertar os Senhores Deputados e toda a sociedade civil organizada do Paraná quanto à tentativa de alterar-se a Constituição do Paraná no que diz respeito ao orçamento destinado à educação pública. Projeto de Lei que deu entrada na Casa trouxe-nos preocupação, que estamos repassando aos demais integrantes deste Parlamento, quanto à possibilidade de uma efetiva redução nos valores aplicados na Educação, pelo Estado do Paraná, em que pese a afirmação do Excelentíssimo Senhor Governador, aqui feita na abertura dos trabalhos, assegurando que a prioridade do seu Governo é a Educação, com o que concordamos, pois compartilhamos com ele a concepção de que a Educação é a única via de libertação da sociedade oprimida.

O referido Projeto de Lei, que recebeu mais ou menos vinte apoiantes, inclusive, com certeza, muitos deles devem ter sido concedidos sem uma análise mais aprofundada da matéria e dos seus efeitos, altera o inciso IX do artigo 179 da Constituição Estadual, suprimindo expressão "sem ônus para o orçamento da educação". Na verdade, o projeto funda-se em justificativa tecnicamente equivocada, merecendo especial atenção da Comissão de Constituição e Justiça, que deverá apontar a flagrante inconstitucionalidade em que incorre. O artigo 212 da Constituição Federal manda que os Estados membros apliquem, anualmente, nunca menos do que 25%, no mínimo, resultante da receita de imposto, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino; o parágrafo terceiro deste mesmo artigo 212 diz, textualmente, que a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

Já o parágrafo 4º do mesmo artigo diz que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no artigo 208, inciso VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, por isso, não os recursos destinados à educação, principalmente a educação básica, a educação fundamental. Ou seja, os gastos com o atendimento ao ensino pré-escolar, material didático, alimentação e saúde do educando devem advir de verbas distintas daqueles 25% e o referido projeto quer, justamente inserir estes gastos naquele montante orçamentário dos 25% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Isso implica reduzir ainda mais os gastos com a educação, em flagrante confronto com o que o próprio Governador do Estado afirmou em Plenário. O texto da Constituição Estadual deve ser mantido

íntegro, na forma em que se encontra, pois é a única expressão de um fiel cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal.

Nossa grande preocupação está no fato de que, neste país e neste Estado, quando se precisa de verbas para determinados setores que vão mal, procura-se sempre buscá-las na área da Educação, como é o caso do projeto em exame. Com isso, sucateia-se ainda mais a já combalida Educação Pública.

Por isso, fica o nosso alerta ao autor do projeto e aos nobres Deputados para uma análise mais apurada do que aqui estamos registrando referente a este processo e às comissões de estudo desta Casa a fim de que não se leve avante a presente matéria na forma em que se encontra, pois não temos a menor dúvida de que, além de inconstitucional, ela seria desastrosa para a educação em nosso Estado, que, lamentavelmente, tem pago o preço que não merece, tem pago o preço que não deve ser pago à Educação que se dá à maioria dos paranaenses, principalmente, àqueles que não são privilegiados pela sorte financeira.

Fica aqui o nosso alerta e a nossa preocupação quanto ao desdobramento do presente projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

PL com a palavra. (Declina).

PTB com a palavra. (Declina).

PT com a palavra. (Declina).

PDT com a palavra. (Declina).

PRN com a palavra. (Declina).

Independente com a palavra. (Declina).

PSDB com a palavra. (Declina).

PMDB com a palavra. (Declina).

PST - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Merece transcrição nos anais desta Casa o pedido formulado pelo nosso Partido Social Trabalhista ao Supremo Tribunal Federal para ser proclamada a inconstitucionalidade da Lei Federal nº 8.388, de 30 de Dezembro de 1991, por afrontar aos artigos 52, incisos VI a IX, e 173, 5, 37 e 170, IV, da Constituição Federal.

Como sabem Vossas Excelências, a Lei questionada assegura a chamada rolagem das dívidas dos Estados e Municípios, por modo que fere a Carta Magna, tanto em relação à competência privativa e exclusiva do Senado Federal, para estabelecer diretrizes e para consolidar dívidas dos entes Federativos, como quanto à concessão de trata-

mento privilegiado e defeso a entidade da administração indireta, aí incluídas as empresas públicas e outras entidades controladas direta ou indireta pelo poder público e que exploram atividades econômicas. No caso dos privilégios, o objetivo da norma constitucional violada é garantir isonomia com as empresas que exploram aquelas atividades no setor privado.

Do ponto de vista político, a lei impugnada veio prejudicar os Estados cumpridores e bem geridos, que se encontravam em dia com o Governo Central, beneficiando os devedores à custa do cidadão. Inclusive aposentados, na medida em que a rolagem das dívidas favoreceu também a administração indireta em débito com a Previdência Social.

No tocante à administração direta, medida equivalente já havia sido aprovada pelo artigo 58 da Lei 8.212/91, do arrepio ao artigo 37 da Constituição Federal, de forma que a ora impugnada Lei 8.388/91 veio completar o pacote de medidas inconstitucionais e aéticas, que, como ressaltam os patronos da ação direta de inconstitucionalidade agora proposta pelo nosso PST, vieram beneficiar o "PODER CALOTEIRO". Aliás, este pronunciamento assenta base no petitório acima, elaborado pelo conhecido e consagrado Escritório de Advocacia e Tributarista Ives Gandra Martins, que vem de aditar a inicial para obter liminarmente a suspensão dos efeitos da Lei 8.388/91 até o julgamento final do pedido de inconstitucionalidade ora arguida.

O procedimento é um relevante serviço que a Nação fica a dever ao patriotismo e à coragem desse ilustre brasileiro que é o Ex-Governador paranaense Alvaro Dias, Presidente Nacional do PST, cuja preocupação é o restabelecimento da legalidade, bem como a moralidade com as coisas públicas.

Recomendando aos nobres colegas a atenta leitura do brilhante petitório em apreço, encerro requerendo a transcrição dessa peça nos Anais, para o que encaminho à Mesa, a cópia anexa, a fim de que o assunto se perpetue na memória desta Casa.

Obrigado!

"Advogados : Ives Gandra da Silva Martins
Henru Tilbery
Fátima Fernandes de S. Garcia
Marllene T. M. Rodrigues
Antonio Carlos R. do Amaral
Paulo Lucena de Menezes

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA, na qualidade de partido político com representação no Congresso Nacional (doc. 1), por

seu advogado (doc. 2), vem, respeitosamente, com fundamento no art. 103, inciso VIII da Constituição de 1988, propor a presente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

da lei federal nº 8.388 de 30 de Dezembro de 1991 por afronta aos arts. 52 incisos VI a IX, 173, 5, 37, 170 IV da Constituição Federal como passa a demonstrar:

A Constituição de 1988, ao conformar a federação brasileira, consagrou, para o Poder Legislativo Federal, a estrutura bicameral, objetivando ter uma Casa Legislativa constituída por representantes do povo e outra pelos representantes dos Estados da Federação e do Distrito Federal.

Muito embora, na atual lei suprema, os municípios tenham sido guindados à condição de entes federativos, sua presença no Senado faz-se através dos Senadores dos Estados, em face da real impossibilidade de serem representados diretamente os quase 5.000 municípios no Congresso Nacional.

No bicameralismo adotado, o Senado Federal legisla, como poder vicário da Câmara, as matérias de interesse do povo e da Nação, visto que a iniciativa, nos termos do artigo 61 da Constituição, é ampla, podendo, inclusive, ser exercida pela população (§ 2º). Cabe-lhe o exame inicial e conformador das leis ordinárias e complementares originadas da Câmara dos Deputados.

Há, entretanto, determinadas matérias em que a competência legislativa é privativa do Senado Federal, pois a interessada direta é a Federação, muito embora indiretamente o processo legislativo, interesse também ao povo e à Nação.

Pode-se dizer, simplificando o conceito de competência legislativa privativa, que o Senado a exerce sempre que o interesse mais evidente seja o da Federação, embora indiretamente se verifiquem também o interesse do povo e da Nação, enquanto que a Câmara dos Deputados pertine deflagrar o processo legislativo sempre que o interesse primeiro seja do povo e da Nação, embora, como consequência, a Federação seja também beneficiada.

Nessa perspectiva, compreende-se porque o constituinte fez da Câmara dos Deputados a casa do povo e do Senado a casa da Federação.

Há evidência, há matérias em que a definição do interesse maior é de difícil percepção, razão pela qual algumas delas podem ser vinculadas por lei ordinária. As leis complementares, naquilo que diz respeito às normas gerais, são leis que completam a Constituição, explicitando-a, e, no que concerne à veiculação de normas específicas - o que se dá em casos

excepcionais expressamente indicados na Lei Maior, - servem como sinalizadores da relevância da matéria que regram.

Entende-se, pois, a lógica do processo legislativo, que faz menção aos sete veículos normativos consagrados na Carta Magna, expressos no artigo 59, assim enunciados:

"Art. 59 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo Único - Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Feita esta introdução, que se destina a pôr em relevo a razão de ser da competência legislativa privativa do Senado, compreende-se, por exemplo, o disposto no artigo 155 § 2º incisos 4, 5 e 6, que determina que o nível das alíquotas do ICMS será definido pelo Senado, pois interessa, tal imposição tributária, aos Estados, isto é, a membros da Federação, em primeiro plano. Estão assim redigidos:

"Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:

§ 2º - O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:

I - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais."

Da mesma forma, a dívida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é matéria que interessa, em primeiro lugar, à Federação, posto que aqueles são membros

desta. Houve por bem, portanto, o constituinte, determinar em seu artigo 52 incisos 6 a 9 o seguinte:

"Art. 52 - Compete privativamente ao Senado Federal:

VI - fixar, por proposta ao Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Como se percebe, toda a matéria que diga respeito ao endividamento externo e interno dos entes federativos é matéria da exclusiva responsabilidade do Senado. Apenas o Senado pode dela cuidar, detendo privativa competência para estabelecer diretrizes e para consolidar dívidas dos entes federativos. O texto constitucional é claro. Privativo significa exclusivo, sem intervenção da Câmara e sem necessidade de sanção presidencial.

É bem verdade que, para fixar os limites globais para o montante da dívida, a iniciativa tem que ser do Presidente da República, como determina o artigo 52 inciso VI. Após o envio do projeto, entretanto, a competência legislativa passa a ser exclusiva do Senado e ninguém mais.

De observar que a atribuição de iniciativa ao Presidente da República nessas matérias, encontra razão de ser no próprio sistema.

Com efeito, reza o art. 160 da Constituição Federal que:

"Art. 160 - É vedado a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendido adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo Único - Essa vedação não impede a União de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos". (grifos da autora).

Ora, por tal dispositivo, tem a União o direito de se auto-compensar, com recursos constituídos pelas parcelas de receita da arrecadação do IPI e do IR devidas aos demais entes, se contra eles tiver créditos vencidos, com o que o interesse maior de submeter ao Senado matéria de tal relevância pertine sempre ao Executivo, que,

todavia, uma vez deflagrado o processo legislativo, submete-se, sem qualquer interferência, à decisão senatorial.

Pode-se, pois, verificar que, sabiamente, o constituinte ofertou ao Congresso Nacional poder para estabelecer diretrizes e determinar condições a nível do endividamento de Estados e Municípios, criando mecanismo integrado de iniciativa presidencial e decisão exclusiva, privativa, unicameral, do Senado da República.

Em vista disso, padece de manifesta inconstitucionalidade a lei nº 8.388 de 30 de Dezembro de 1991, que, "ao estabelecer diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", invadiu competência exclusiva do Senado, contrariando de maneira frontal e direta, os dispositivos constitucionais acima transcritos.

Com efeito, como se vê de seu teor, referida lei ordinária - cujo texto o autor pede vênia para deixar de transcrever, mas que segue anexo, fazendo parte integrante desta peça, como se aqui estivesse transcrito - teve origem na Câmara dos Deputados, e não na Presidência, além de dispor sobre reescalonamento e consolidação da dívida das unidades federadas, apesar de a Constituição conferir ao Senado competência exclusiva para cuidar dessa matéria, após iniciativa do Presidente da República.

Nem se alegue que, tendo o Senado Federal, vicariamente, aprovado a rolagem da dívida ao examinar a lei, teria aberto mão de sua competência privativa, restando suprido o vício formal. Tal argumento é falacioso, pois, aceitá-lo como válido, equivaleria a fazer tábula rasa das disposições constitucionais que discriminam competências e das que distinguem entre os vários veículos que compõem o processo legislativo. Leis ordinárias poderiam alterar a própria Constituição, se aprovadas por 3/5 do Congresso, por tal linha de raciocínio.

Ademais, se o § 1º do art. 68 da CF, que reza:

"§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre", veda expressamente a delegação de atos de competência exclusiva do Senado, não é admissível que possa o Senado, abrir mão de tal competência.

Aliás, este colendo Tribunal já se manifestara acerca da impossibilidade de suprimento do vício formal por essa forma, quando existe proibição no texto supremo.

Veja-se a respeito o Acórdão prolatado pelo Plenário desta Excelsa Corte na Representação nº 1.051-GO (RTC 103/36), em que destaca o seguinte trecho do voto vencedor do eminente Ministro Moreira Alves:

"É certo que, sob o império da Constituição de 1946, firmou-se no Supremo Tribunal a jurisprudência, consubstanciada na Súmula nº 5 de que "a sanção do projeto supra a falta de iniciativa do Poder Executivo". Se a competência privativa do Chefe do Poder Executivo não fosse observada pelo Poder Legislativo - quer no tocante à iniciativa, quer no que dizia respeito à emenda aditiva - entendia-se que a falha estaria sanada com o assentimento do Executivo mediante a sanção.

Ocorre, porém, que, a partir do AI nº 2 - regra que passou para a Constituição de 1967 (art. 60, parágrafo único) e, para a Emenda constitucional nº 1/69 (art. 57, parágrafo único), - acrescentou-se, em nosso sistema constitucional, à norma de que o Chefe do Poder Executivo tem competência exclusiva para a iniciativa de certas leis, preceito segundo o qual, no tocante aos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Estado, não são admitidas emendas que aumentem despesas. Criou-se, assim, uma proibição para o Poder Legislativo, que é o destinatário da norma, e proibição essa que não pode, evidentemente, ser afastada pela concordância, "a posteriori", por parte do Poder Executivo, defeso que é a qualquer dos Poderes do Estado levantar proibições, ainda que estabelecidas para a salvaguarda de prerrogativa de um deles. É por isso que, por exemplo, não obstante o Congresso Nacional concordasse, pela unanimidade de seus membros, em emendar a Constituição na vigência de estado de sítio, sob a alegação de que a norma existe em seu favor e, no caso, ele se juntava com a necessária independência para a emenda, ainda assim esta seria irremediavelmente inconstitucional.

Note-se a diferença entre o sistema anterior e o atual. Naquele, a Constituição apenas outorgava competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de certas leis, e se o Poder Legislativo interferisse nesse âmbito de atuação do Poder Executivo, entendia-se que este - que era o destinatário da norma - poderia abrir mão de sua prerrogativa, com sua concordância a posteriori. No sistema atual, o destinatário da proibição é o próprio Poder Legislativo, e a vedação da admissibilidade de emenda (o que implica que a emenda não pode ser sequer recebida para discussão) se exaure no âmbito desse Poder Legislativo, sem possibilidade de convalidação do ato pelo, Poder Executivo, já que a proibição àquele não é prerroga-

tiva deste, embora a este favoreça.

O parágrafo único do art. 57 da Emenda Constitucional nº 1/69 não se limitou, portanto - como pretende a representada - a melhorar o estilo da norma que, na Constituição de 1946, atribuía competência exclusiva ao Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de certas leis, mas alterou, fundamentalmente, o sistema, estabelecendo uma vedação dirigida direta e unicamente ao Poder Legislativo".

A forma veicular é, pois, essencial, e, uma vez desatendida, a consequência inexorável é a inconstitucionalidade.

Como destaca José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Revista dos Tribunais, 5ª ed., pág. 46) ao discorrer acerca da inconstitucionalidade por ação:

"O fundamento dessa inconstitucionalidade está no fato de que o princípio de supremacia da constituição resulta o da compatibilidade vertical das normas da ordenação jurídica de um país, no sentido de que as normas de grau inferior somente valerão se forem compatíveis com as normas de grau superior, que é a Constituição. As que não forem compatíveis com ela são inválidas, pois a incompatibilidade vertical resolve-se em favor das normas de grau mais elevado, que funcionam como fundamento de validade das inferiores.

Essa incompatibilidade vertical de normas inferiores (leis, decretos, etc.) com a constituição é o que, tecnicamente, se chama inconstitucionalidade das leis ou dos atos do Poder Público, e que se manifesta sob dois aspectos: a) formalmente, quando tais normas são formadas por autoridades incompetentes ou em desacordo com formalidades ou procedimentos estabelecidos pela Constituição; b) materialmente, quando o conteúdo de tais leis ou atos contraria preceito ou princípio da constituição.

Essa incompatibilidade não pode perder, porque contrasta com o princípio da coerência e harmonia das normas de ordenamento jurídico, entendido, por isso mesmo, como reunião de normas vinculadas entre si por uma função unitária.

No mesmo sentido, ensina Celso Bastos (Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, I vol., p. 372), destacando que a inconstitucionalidade formal, que constitui um desvio na elaboração do ato, é sempre total. O referido autor cita, nesse ponto, as lições de Poletti, para quem o controle formal é estritamente jurídico, estritamente técnico, não versando sobre o conteúdo ou substância da lei em exame, mas sim a sua conformidade com a Constituição, do ponto de vista de observância das formas estatuídas.

Se, do ponto de vista jurídico, a lei

padece do insanável vício de inconstitucionalidade formal, do ponto de vista político tal diploma veio prejudicar os Estados bem geridos, que se encontravam em dia com o Governo Federal, e beneficiar os Estados e Municípios devedores, à custa do cidadão, inclusive dos aposentados, na medida em que a rolagem da dívida beneficiou, também, a administração indireta em débito com a Previdência Social. De ressaltar que, no tocante à administração direta, medida equivalente já fora aprovada pelo art. 58 da Lei 8.212/91, ao arrepio do art. 37 da CF, de forma que a presente lei 8.388/91, veio completar o pacote de medidas inconstitucionais e aéticas, que, no dizer de Walter Caneviva (artigo publicado na "Folha de São Paulo", de 24/01/92) vieram beneficiar o "Poder Caloteiro".

Quanto a este ponto, aliás, verifica-se uma outra inconstitucionalidade - desta feita, material - a macular o diploma aqui impugnado.

E que a Lei nº 8.388/91, na parte em que está voltada a garantir o refinanciamento das dívidas das entidades da administração indireta - aí incluídas as empresas públicas e outras entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público que exploram atividades econômicas - contraria frontalmente o art. 173 da Constituição Federal.

Com efeito, essa norma, ao dispor:

"Art. 173 - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao do setor privado.

§ 3º - A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

§ 4º - A lei reprimirá o abuso do poder econômico que visa à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º - A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-se às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular", proíbe a concessão de tratamento privile-

giado a tais entidades, com o fito de garantir isonomia com as empresas que exploram atividades econômicas no campo privado.

Ora, a Lei nº 8.388/91 veio precisamente conferir às empresas públicas, inclusive as que exploram atividades econômicas, inquestionáveis privilégios no tocante a pagamento de débitos, inclusive de natureza tributária, privilégios esses não reconhecidos ao setor privado, o que implica, "ipso facto", o ferimento dos princípios da igualdade, consagrado no art. 5 da Constituição Federal, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade que, nos termos do art. 37 da Lei Maior, devem nortear a conduta da Administração Pública, da livre concorrência, inserto no art. 170 IV, além do supra referido art. 173.

O PEDIDO

Por todas essas razões, é a presente ação direta de inconstitucionalidade para requerer ao Colendo Supremo Tribunal Federal, seja proclamado a inconstitucionalidade da lei, em sua integralidade, por violação aos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 52 incisos VI a IX, 170 IV, 173, 5 e 37.

Requer, finalmente, a oitiva do Procurador-Geral da União, obedecendo ao procedimento previsto no § 1º e 2º do art. 103 da Lei Maior e as normas regimentais do Supremo Tribunal Federal.

Dá a presente, o valor de Cr\$...

Termos em que pede

DEFERIMENTO

São Paulo, 12 de fevereiro de 1992.

(a) IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

OAB/SP 11.178

ROBERTO ROSAS

OAB/DF 848

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 003/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando justificativa quanto a sua ausência nos dias 19 e 20 do corrente mês, em virtude de participação da Assembleia Regional dos Fumicultores no Município de Pérola d'Oeste.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 09/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando abono de falta do dia 20 do corrente mês, em virtude de compromissos junto ao eleitorado de sua região.

- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 1044/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 20 do corrente mês, em função de compromissos assumidos em sua região.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 536/91.- Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/91 EMENDA

P A R E C E R:

Devidamente analisado pelas Comissões Permanentes, todas, dentro de sua competência específica, emitiram pareceres favoráveis ao Projeto de Lei, em sua redação original.

Em Plenário, os ilustres Deputados componentes da Bancada do PT ofereceram a emenda que ora será analisada, e através da qual pretendem a inclusão de artigo que objetiva autorizar o Poder Executivo a "ISENTAR DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS OS PRODUTOS COMPONENTES DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS, ASSIM DEFINIDOS EM LEI."

A emenda não contraria qualquer dispositivo constitucional, legal ou jurídico, pois que tem caráter meramente autorizatório, falhando, todavia, no que diz respeito à técnica legislativa.

Com efeito, não nos parece aconselhável que um mesmo diploma legal trate de

assuntos diferenciados, que deveriam ser tratados, isto sim, em leis específicas.

Parece-nos entretanto que objetivo dos ilustres Deputados Petistas já foi plenamente alcançado, pois que o próprio Governador do Estado já sentiu a necessidade imperiosa de diminuir-se a injusta e cruel carga tributária que grava os produtos integrantes da cesta básica, a tal ponto que já encaminhou a esta Casa mensagem que reduz de 12% para 3% a alíquota do ICMS incidente sobre tais mercadorias.

Ante o exposto opinamos pela REJEIÇÃO da emenda.

Sala das Comissões, em 17.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/91, de autoria do Doutor ROSINHA, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 265/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL Nº 01, APRESENTADA EM PLENÁRIO.

P A R E C E R:

A matéria em exame dispõe sobre a criação dos centros de Convivência de Mulheres, sendo o Projeto de Lei e a emenda substitutiva Geral de autoria do nobre Senhor Deputado Doutor Rosinha.

Seguindo os entendimentos do parecer anterior, somos pela apreciação da proposição substitutiva geral em Plenário, ressaltando o aspecto meritório da questão, pois há muito urgem-se providências neste sentido.

Nestas Condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação da emenda em Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RÓSSONI

Relator

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e outros, que dispõe que os valores provenientes do recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de

Curitiba, quinta, em 20.02.92

estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao Município beneficiado, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.J... EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e EMENDA DA C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 376/91

EMENDAS APRESENTADAS

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, dispõe que os valores provenientes do recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, reverterão integralmente ao Município onde estiver sido implantado.

Procedida análise das emendas apresentadas, sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais, nada encontramos que possa impedir a apreciação das mesmas pelo duto Plenário.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação das emendas em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Em votação.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, peço a V.Exa. a palavra para fazer o encaminhamento de votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está com a palavra.

O SR. JOSE TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; apenas para dizer que estamos de acordo com esta Emenda Substitutiva de nossa autoria, que foi produto de um entendimento com o autor do Projeto, o eminente Deputado Plauto Miró.

Desta forma, eu conclamo ao duto Plenário que aprove a Emenda Substitutiva que subscrevemos, porque ela é o produto de um entendimento, ao final da Sessão Legislativa do ano passado, com o ilustre autor do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. APROVADA. Emenda da C.C.J.

O SR. JOSE TAVARES - V.Exa. me permite fazer um esclarecimento ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. JOSE TAVARES - Aprovada esta minha Emenda Substitutiva, Senhor Presidente, a Emenda da C.C.J. está prejudicada, porque a minha Emenda é mais ampla. E como eu disse a V.Exa. é produto do entendimento com o nobre autor e consequentemente, eu acho que não haverá prejuízo, nem para os interesses do Governo, que representamos, e nem para os interesses do nobre autor, com quem combinamos previamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a Questão de Ordem levantada por V.Exa. A Emenda está prejudicada.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 99/91, que dispõe sobre crédito agrícola, critério de pagamento e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 99/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Banco do Estado do Paraná, a conceder créditos para financiamento agrícola, o qual será pago pelo contraente/financiado, em produtos agrícolas.

Parágrafo Único. Os créditos agrícolas a critério do Agente financeiro, também poderão ser convertidos na mesma modalidade.

Art. 2º - A presente Lei será regulamentada por decreto de autoria do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.91

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

EURIDES MOURA

Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, na aquisição de veículos adaptados para deficientes físicos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO de 01 a 03 com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda nº 01. - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 02. - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 03. - Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

089/91, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação as Emendas.

Emenda da Comissão de Fiscalização.- Aprovada.

Emenda de Plenário.- Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Com EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., de 01 a 04 de Plenário, por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda nº 01. - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 02. - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 03. - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 04. - Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que implanta no sistema de Ensino Público Estadual, a semana do "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. Com EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. - Emenda. - Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 047, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 046, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 043, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 050, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 044, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 045, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 059, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 051, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 052, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 053, 054, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 040, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 058, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Na sessão de ontem, o Deputado Mário Bezerra solicitou formação de uma comissão de 3 Deputados para no prazo de 90 dias promover estudos, exposições e projetos que viabilizem alternativas agrícolas e industriais para a referida Região. E juntamente com o Deputado Mário Bezerra, a Mesa designa os Deputados Nelson Garcia e Arlindo Troian.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito a V.Exa. que, em entendimento com a assessoria da Mesa, anuncie, se possível, já para 2ª feira, ou no mais tardar para 3ª feira, a redação final do Projeto de Lei que institui a Lei Agrícola do Estado do Paraná.

E bem verdade que é um projeto bastante amplo, que sofreu diversas emendas, mas nós já estamos aí com tempo suficiente para que essa redação final pudesse ser elaborada, e nós temos urgência na sanção desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A informação do nobre assessor da Mesa é que o

Projeto se encontra na Comissão de Redação, mas fique tranquilo V.Exa. que entre 3ª e 4ª feira o Projeto estará na Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, no dia 24, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 265 e 376/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 271/86, 208/91 e 309/91, e dos Projetos de Resolução nºs 080 e 084/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON GARCIA, EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1992.

"COOPERSEDA acelera a Industrialização"

Esta semana na Coopersedada realizou a sua primeira exportação. Resultado de trabalho que desenvolve deste 1.989.

Umuarama (sucursal) - As primeiras negociações para o estabelecimento da COOPERSEDA em Umuarama datam de 1989, coincidindo com o primeiro ano da administração do prefeito ALEXANDRE CERANTO.

Naquela época, um "pool" de cooperativas acalentava a idéia de desenvolver um projeto que deveria abranger desde a produção de ovos do bicho-da-seda até a industrialização dos casulos para a produção de fios e a sua comercialização.

Havia, no entanto, um obstáculo: os idealizadores do projeto tinham em mente implantá-lo numa outra cidade, que não Umuarama. A comunidade, então, entrou em cena, capitaneada pelo prefeito CERANTO, pelo vice, MASSASHI MARIUSHI e coadjuvados pelo Secretário Municipal de Indústria e Comércio, REMULO RAUEM.

O passo seguinte à essa mobilização foi procurar, a todo custo, sensibilizar as cooperativas envolvidas no projeto e convencê-las de que a sede da empresa - seu comando - deveria ficar mesmo em Umuarama. Para tanto, com a efetiva participação de praticamente todos os umuaramenses, a cidade foi respondendo afirmativamente às exigências que a empresa fazia, a começar pela compra de 86 alqueires de terra que deveriam abrigar as diversas ramifica-

ções da COOPERSEDA. Foi uma atuação comunitária até então sem precedentes na jovem história do município, agora enriquecida com um dos mais belos, vigorosos e edificantes exemplos de cidadania na mais nobre acepção do termo.

Tamanha e tão impressionante luta só poderia resultar numa vitória de encher os olhos, o coração, e de fazer borbulhar em êxtase o sangue dos primeiros desbravadores: a COOPERSEDA, finalmente, aportava sua nau e fincava âncoras no município. Mas a cidade, seus cidadãos, ainda iriam precisar de algum tempo para assimilar, em toda plenitude, a grandiosidade da obra que tinha inspirado sua luta. O tempo, supremo guardião da sabedoria, daria a resposta.

FIOS QUE TECEM O PROGRESSO

Ao realizar, no decorrer dessa semana, sua primeira exportação de um lote de 200 toneladas de casulo para o Japão, a COOPERSEDA deu o golpe de misericórdia na incredulidade de uns poucos e, paradoxalmente, reforçou o sentimento de fé da maioria dos umuaramenses que sempre acreditaram no sucesso do empreendimento. E não é para menos: o que até então era apenas um projeto ganhou, agora, o status irreversível de realidade.

Com investimentos globais previstos próximos de 60 milhões de dólares, a empresa vem se expandindo segundo critérios rigorosos, sem queimar etapas, de forma a consolidar cada fase do empreendimento que, na verdade, é muito complexo. A sustentação do projeto não poderia ter bases mais sólidas; um "pool", formado por 11 fortes cooperativas, está na retaguarda.

Atualmente, 700 produtores estão ativados, em várias regiões do Estado, ocupando área plantada equivalente a 6.500 hectares de amoreiras. As variedades plantadas não produzem frutos, mesmo porque o bicho-da-seda alimenta-se exclusivamente das folhas da amora. Até o final desse ano outros 600 produtores serão ativados somando-se a um terceiro contingente de 800 produtores que começam a produzir no ano que vem, quando a empresa atingirá a marca final de 2.100 produtores em atividades. Isso vai totalizar algo em torno de 11.000 hectares plantados.

A produtividade brasileira é, nesse caso, considerada excelente de acordo com avaliação do superintendente da COOPERSEDA em Umuarama, Jorge Watanabe: enquanto grandes produtores, como Japão e Coreia, conseguem obter com sofisticada tecnologia - três criadas por ano, no Brasil esse número é simplesmente triplicado. Em relação à Itália, outro grande produtor de seda, os números são ainda mais favoráveis ao

Brasil: os italianos não vão além de uma criada anual.

As determinantes básicas dessa melhor performance brasileira são, fundamentalmente, o clima e o solo. Outro dado alentador a nosso favor é que no Brasil, para cada hectare plantado com amora, obtém-se cerca de 800 Kg de casulos por ano, com o detalhe de que alguns produtores chegam facilmente a marca de 1.500 Kg por hectare.

O cronograma de implantação da COOPERSEDA pretende, em dois anos assegurar produção de 5 milhões de casulos verdes (sem secagem) anuais, manufaturando 650 toneladas de fios/ano já em 1994. Até maio desse ano serão produzidos 600 mil kg de casulos verdes. E em maio, aliás, que a COOPERSEDA começa construir em Umuarama sua fábrica para a produção de fios, impondo certamente novo fôlego ao mercado têxtil, atraindo indústrias do setor.

FUNCIONANDO POR ETAPAS

O Instituto de Sementagem já tem, na atualidade, 60% de suas instalações implantadas e funcionando na unidade da empresa em Xambrê, prevendo-se a produção de 200 Kg de ovos nessa safra:

A chocadeira de raça pura, multiplicadora de material genético, também em Xambrê, opera atualmente com 50% de sua capacidade total. Outras cinco chocadeiras de raças híbridas entram em atividades nos próximos 24 meses, em Cruzeiro do Oeste, Realeza, Pérola (possivelmente), Nova Londrina e Tomazina. Em Umuarama - comando e sede da empresa - já funciona a plenos pulmões, com 100% de sua capacidade, uma moderna chocadeira em condições de atender 500 produtores. Outros 250 produtores terão atendimento garantido no mês de setembro, com a entrada em funcionamento da unidade chocadeira em Tomazina.

Paralelamente, está concluído, no Parque Industrial, em Umuarama, o prédio, caldeira e tubulações do secador de casulos, equipamento indispensável na linha de produção da seda. A empresa recebeu, essa semana - procedente da Coreia - 60 toneladas de equipamentos a serem instalados no edifício. As sete carretas que trouxeram os "containers" desfilaram pela cidade na quarta-feira e a carga representa 1/3 dos equipamentos necessários ao secador.

No que diz respeito à fábrica de fios, em vias de ser instalada em Umuarama, a COOPERSEDA estima que poderá instalar, ainda esse ano, 40% de sua área industrial, os 60% restantes serão desdobrados em duas cotas iguais nos dois anos subsequentes, em 93 e 94. Enquanto isso, nos armazéns na COAGE, no município, já entraram em ação 15 funcionários classificados

res de casulos. O armazém estoca hoje 200 toneladas de casulos, que já começaram a embarcar para o Japão.

Ao estabelecer que a empresa, quando totalmente implantada, deverá gerar 2.500 empregos diretos, mais 5.000 junto aos produtores e outros 11.500 empregos indiretos, a COOPERSEDA sabe o que está prometendo. Afinal, a empresa admite - com justificado orgulho - que será, possivelmente, a maior indústria de fios de seda do mundo.

A percepção destes números não escapa ao prefeito ALEXANDRE CERANTO, de Umuarama. Ele considera que o advento da COOPERSEDA no município extrapola as fronteiras da cidade do Paraná e acaba ganhando dimensão nacional, seguramente garantindo divisas ao país que "vem apostando numa economia forte, diversificada e competitiva internacionalmente".

CERANTO está convencido de que "a consolidação da COOPERSEDA em Umuarama e na região vai fatalmente conduzir o Paraná a um mercado promissor, seguro e rico, representado por países altamente industrializados e desenvolvidos como o Japão e a Coreia, e é disso exatamente que o Brasil precisa", completa o prefeito.

Ato da Comissão de Processo Administrativo

Curitiba, quinta, em 20.02.92

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão